



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO AMAZONAS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

Processo nº 0600309-25.6.04.0000  
Requerente: Ministério Público Eleitoral  
Requerido: Cleucirlei Pereira dos Passos  
Peça: Impugnação ao Registro de Candidatura

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, pelo Procurador Regional Eleitoral signatário, nos autos do requerimento de registro de candidatura em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 3º da Lei Complementar nº 64/90 e no artigo 77 da Lei Complementar nº 75/93, propor, no prazo legal, a presente **AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA**, em face de **CLEUCIRLEI PEREIRA DOS PASSOS**, nº 36789, já devidamente qualificado no RRC em epígrafe, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

**1 - DOS FATOS**

O candidato **CLEUCIRLEI PEREIRA DOS PASSOS** requereu o registro de sua candidatura para concorrer ao cargo de Deputado Estadual pela Coligação “Amazonas com Segurança II”, tendo sido publicada a relação nominal dos candidatos em edital, no Diário de Justiça Eletrônico, na data de 14 de agosto de 2018.

**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO AMAPÁ**

**No entanto, o requerido encontra-se inelegível**, na forma do art. 14, § 9º, da Constituição Federal<sup>1</sup> c/c art. 1º, inciso I, alínea “e”, da Lei Complementar nº 64/90 (redação da LC 135/2010)<sup>2</sup>. Isso porque foi condenado criminalmente, nos autos do processo nº 0230578-93.2008.8.04.0001, com decisão transitada em julgado em 02/07/2012. Posteriormente, em 09/09/2014, a pena foi extinta em razão do seu cumprimento.

**Sendo assim, o Ministério Público Eleitoral vem apresentar impugnação ao pedido de registro, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, conforme o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 64/90.**

## **2 – DO DIREITO**

**Processo nº 0230578-93.2008.8.04.0001 (VEMEPA nº 0240751-40.2012)**

Conforme informações obtidas junto ao banco de dados da Justiça Eleitoral, o candidato impugnado, Cleucirlei Pereira dos Passos, foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 171 c/c o art. 44, ambos do Código Penal, à pena de 6 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 6 (seis) dias-multa (1/30 do salário-mínimo vigente à época), substituída por prestação de serviços à comunidade.

---

1 Art. 14. (...) § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

2 Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: (...) e os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010).

**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO AMAPÁ**

A sentença condenatória foi proferida no âmbito do processo nº 0230578-93.2008, que tramitou na 4ª Vara Criminal de Manaus, cuja decisão transitou em julgado no dia 02/07/2017. A pena aplicada foi extinta em 09/09/2014, sendo que a anotação no código ASE 540 foi lançada mediante determinação judicial apenas em 02/05/2018.

Diante disso, não há dúvida de que o candidato ora impugnado **encontra-se inelegível para a disputa do pleito de 2018**, por ter sido condenado por crime contra o patrimônio, incidindo, por isso, na hipótese de inelegibilidade prevista no art. 1º, I, “e”, da LC nº 64/90, **razão pela qual o seu registro deve ser indeferido**.

Com efeito, considerando que a pena aplicada ao impugnado Cleucirlei Pereira dos Passos foi extinta em 09/09/2014, resta evidente que o candidato **se encontra inelegível até 09/09/2022**, uma vez que a inelegibilidade perdura até 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, a teor do que estabelece o 1º, I, “e”, da LC nº 64/90, *in verbis*:

**“Art. 1º São inelegíveis: I - para qualquer cargo: (...) e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010)**

**1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)**

**2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010).”**

**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO AMAPÁ**

Nesse sentido, é pacífico o entendimento jurisprudencial do Tribunal Superior Eleitoral:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2016. VEREADOR. REGISTRO DE CANDIDATURA. **CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO. NÃO EXAURIMENTO DO PRAZO DE OITO ANOS APÓS CUMPRIMENTO DA PENA. ART. 1º, I, E, 2, DA LC 64/90.** DESPROVIMENTO. 1. Autos recebidos no gabinete em 13.2.2017. **2. É inelegível, por oito anos depois de cumprida a pena, quem tiver contra si condenação transitada em julgado por prática de crime contra o patrimônio privado, a teor do art. 1º, I, e, 2, da LC 64/90.** 3. No caso, o candidato foi condenado por estelionato - art. 171, caput, c/c 71 do Código Penal - e o cumprimento definitivo da pena ocorreu em 27.6.2012. 4. A incidência da LC 135/2010 (Lei da Ficha Limpa) a condenações criminais transitadas em julgado antes de sua vigência não ofende o princípio da segurança jurídica, conforme decidido pelo c. Supremo Tribunal Federal na ADC 29/DF, Rel. Min. Luiz Fux, 5. Agravo regimental desprovido.

(Recurso Especial Eleitoral nº 15441, Acórdão, Relator(a) Min. HERMAN BENJAMIN, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 94, Data 16/05/2017, Página 100/101)

“Registro. Condenação criminal.

**- Tratando-se de condenação criminal com trânsito em julgado, pela prática de crime de estelionato, incide, na espécie, a causa de inelegibilidade a que se refere o art. 1º, inciso I, alínea e, 2, da Lei Complementar nº 64/90, acrescentada pela Lei Complementar nº 135/2010.**

Agravo regimental não provido.”

(Recurso Ordinário nº 434009, Acórdão, Relator(a) Min. Arnaldo Versiani Leite Soares, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 28/10/2010)

**MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**  
**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO AMAZONAS**

**3 - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, requer o **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**:

- a)** o recebimento da presente impugnação;
- b)** a notificação do impugnado, no endereço constante do pedido de registro de candidatura em exame e/ou do banco de dados desse Egrégio TRE/AM, para, querendo, apresentar defesa no prazo legal;
- c)** a regular tramitação desta ação, nos termos dos arts. 4º e seguintes da Lei Complementar nº 64/90, para, ao final, ser julgada procedente a presente impugnação e consequentemente indeferido o pedido de registro de candidatura, em razão da inelegibilidade verificada nos autos.

Protesta-se, finalmente, pela produção de provas, por todos os meios e formas em direito admitidos, em especial pela juntada de novos documentos.

**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO  
AMAZONAS**, em Manaus, 16 de agosto de 2018.

(assinado eletronicamente)  
**RAFAEL DA SILVA ROCHA**  
Procurador Regional Eleitoral